ISSN:2594-6153

Saúde de Homens Trans: invisibilidades, barreiras estruturais e caminhos para a inclusão

Ana Carolina Borges, Patrícia Gorisch

Universidade Santa Cecília (Unisanta), Santos-SP, Brasil

E-mail: borgesacadv@gmail.com

Resumo: O presente estudo analisa os desafios enfrentados por homens trans no acesso à saúde, destacando as invisibilidades sociais e as barreiras estruturais que comprometem a efetividade das políticas públicas. O objetivo é identificar entraves e propor caminhos para a inclusão, reconhecendo como limite a escassez de dados epidemiológicos específicos sobre essa população. Adotou-se metodologia qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise comparativa de marcos normativos nacionais e internacionais. A pergunta que orienta a pesquisa é: como superar as barreiras estruturais que afetam o acesso à saúde de homens trans? Parte-se da hipótese de que a ausência de protocolos específicos e a insuficiência de capacitação profissional perpetuam o estigma e comprometem a equidade no cuidado. Os resultados apontam a persistência dessas barreiras, ressaltando a urgência de estratégias inclusivas que garantam dignidade e integralidade no atendimento.
Palavras-chave: Homens trans; Direito à saúde; Inclusão social; Políticas públicas; Equidade em saúde

Health of Trans Men: invisibilities, structural barriers and paths to inclusion

Abstract: This study analyzes the challenges faced by trans men in accessing healthcare, highlighting social invisibilities and structural barriers that undermine the effectiveness of public policies. The objective is to identify obstacles and propose pathways for inclusion, acknowledging as a limitation the scarcity of specific epidemiological data on this population. A qualitative methodology was adopted, based on a literature review and comparative analysis of national and international normative frameworks. The guiding research question is: how can structural barriers affecting trans men's access to healthcare be overcome? The hypothesis is that the absence of specific protocols and insufficient professional training perpetuate stigma and compromise equity in care. The results indicate the persistence of these barriers, underscoring the urgency of inclusive strategies that ensure dignity and comprehensiveness in healthcare provision.
Keywords: Trans men; Right to health; Social inclusion; Public policies; Health equity.

Introdução

O direito à saúde constitui um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito, sendo reconhecido no Brasil como direito social pela Constituição Federal de 1988 [1]. No entanto, quando se trata da população trans, e em particular dos homens trans, observa-se a persistência de barreiras estruturais e invisibilidades que dificultam a plena efetivação desse direito. Pesquisas demonstram que a população trans enfrenta maiores riscos de exclusão

social, discriminação institucional e violência, fatores que impactam diretamente seus indicadores de saúde [2].

No contexto internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que pessoas trans constituem grupo em situação de vulnerabilidade, recomendando que os Estados implementem políticas públicas específicas para assegurar a equidade no acesso aos serviços de saúde [3]. Todavia, mesmo diante de avanços normativos, como a despatologização da transexualidade pela Classificação Internacional de Doenças (CID-11) em 2019, persistem práticas discriminatórias e lacunas na formação dos profissionais de saúde que dificultam o cuidado adequado [4].

A literatura nacional aponta que homens trans permanecem invisíveis tanto em políticas públicas quanto na produção científica, sendo frequentemente confundidos ou assimilados de forma genérica na categoria "população trans" [5]. Essa invisibilidade repercute em obstáculos concretos, como o acesso limitado a terapias hormonais, exames ginecológicos compatíveis com suas necessidades e protocolos de atenção que considerem as especificidades de sua saúde reprodutiva [6].

Outro aspecto relevante é a interseção entre saúde mental e identidade de gênero. Estudos apontam índices elevados de depressão, ansiedade e tentativas de suicídio entre homens trans, fenômeno diretamente relacionado ao estigma social e à transfobia [7]. A ausência de acolhimento institucional e a violência simbólica contribuem para agravar tais condições, revelando a necessidade de políticas de saúde que ultrapassem o enfoque biomédico e incorporem perspectivas de saúde integral [8].

Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar os desafios enfrentados por homens trans no acesso à saúde no Brasil, identificando barreiras estruturais e propondo caminhos para a inclusão. Parte-se da hipótese de que a ausência de protocolos específicos e a insuficiência de capacitação dos profissionais de saúde contribuem para a reprodução de desigualdades e invisibilidades. O estudo, por meio de revisão bibliográfica e análise comparativa de experiências nacionais e internacionais, pretende oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e efetivas.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados por homens trans no acesso à saúde no Brasil, destacando as invisibilidades sociais e as barreiras estruturais que comprometem a efetividade de políticas públicas inclusivas. De forma específica, busca identificar as principais dificuldades encontradas nos serviços de saúde, especialmente no que

se refere ao acesso a terapias hormonais, exames ginecológicos e protocolos adequados de atenção; avaliar o impacto da falta de capacitação profissional e das práticas discriminatórias na qualidade do atendimento prestado; examinar experiências normativas e políticas nacionais e internacionais que possam servir de parâmetro para a inclusão da população trans; e, por fim, propor recomendações e caminhos para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais que assegurem a equidade e o respeito à identidade de gênero no cuidado em saúde.

Material e Métodos

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica narrativa e analítica, com enfoque interdisciplinar, envolvendo as áreas de Direito, Saúde Pública e Ciências Sociais. Para a seleção das referências, foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, como SciELO, PubMed, LILACS e Web of Science, no período de 2005 a 2024. Os descritores utilizados incluíram: “homens trans”, “direito à saúde”, “políticas públicas de saúde trans”, “barreiras de acesso” e “transgender health”.

Foram incluídos artigos científicos, livros, relatórios técnicos de organismos internacionais e documentos normativos que abordassem a saúde de homens trans sob perspectivas clínicas, jurídicas, sociais e de políticas públicas. Como critérios de exclusão, descartaram-se trabalhos que tratavam de forma genérica a “população trans” sem diferenciar os desafios específicos de homens trans, bem como textos opinativos sem base científica ou técnica.

A análise comparativa teve como referência marcos normativos nacionais — especialmente as políticas do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionadas à população trans — e documentos internacionais, como diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e legislações de países que avançaram em protocolos inclusivos.

O método adotado foi qualitativo, com abordagem crítica. As informações coletadas foram sistematizadas em eixos temáticos: (i) invisibilidades sociais e institucionais; (ii) barreiras estruturais de acesso à saúde; (iii) experiências internacionais comparadas; e (iv) propostas de inclusão. Essa sistematização permitiu identificar padrões recorrentes e contradições, bem como propor caminhos para a efetivação do direito à saúde de homens trans.

Resultados

A análise bibliográfica e normativa permitiu identificar um conjunto de barreiras que comprometem a efetividade do direito à saúde dos homens trans no Brasil. Os achados revelam, em primeiro lugar, a persistente invisibilidade institucional: os protocolos clínicos e diretrizes

nacionais frequentemente abordam a população trans como um grupo homogêneo, sem considerar especificidades relacionadas à saúde reprodutiva e preventiva dos homens trans [1,2]. Essa ausência de diferenciação impacta diretamente na oferta de serviços, em especial no acesso a exames ginecológicos e terapias hormonais.

Outro resultado relevante diz respeito à falta de capacitação profissional. Estudos nacionais e internacionais apontam que grande parte dos profissionais de saúde não recebe formação adequada sobre identidade de gênero, o que se traduz em práticas discriminatórias, recusa de atendimento e constrangimentos [3,4]. Esse déficit formativo perpetua estigmas e desestimula homens trans a procurar serviços de saúde.

Também foi constatada a existência de barreiras administrativas e estruturais, como a ausência de protocolos específicos nos sistemas de agendamento eletrônico, incompatibilidades entre nome social e documentos oficiais, além da falta de insumos e medicamentos adequados para terapias hormonais [5]. Esses obstáculos burocráticos reforçam a exclusão e ampliam o risco de automedicação, com efeitos adversos para a saúde.

A dimensão da saúde mental surge de forma central nos resultados. Os dados analisados confirmam prevalência elevada de sofrimento psíquico entre homens trans, incluindo depressão, ansiedade e tentativas de suicídio, fenômenos que se correlacionam diretamente com a transfobia institucional e a exclusão social [6]. Essa realidade demonstra a necessidade de políticas de saúde que ultrapassem a perspectiva biomédica e contemplem estratégias de acolhimento e apoio psicossocial.

A análise comparada de experiências internacionais revelou que países como Argentina, Malta e Espanha avançaram na implementação de políticas inclusivas, permitindo retificação de documentos sem exigências médicas e criando protocolos específicos de atenção à saúde trans [7]. Em contrapartida, países com legislações restritivas continuam a impor obstáculos severos, refletindo no acesso desigual a serviços básicos.

Discussão

Os resultados obtidos evidenciam que os homens trans enfrentam múltiplas barreiras no acesso à saúde, em grande medida resultantes de sua invisibilidade dentro das políticas públicas brasileiras. Essa constatação não é isolada: estudos anteriores já apontavam que a população trans, embora contemplada de forma geral pelas normativas do Sistema Único de Saúde (SUS), carece de diretrizes específicas que atendam às demandas de saúde reprodutiva e preventiva dos homens trans [1]. A ausência de protocolos claros para atendimento ginecológico, por exemplo, gera um vácuo institucional que compromete a integralidade da atenção em saúde.

A falta de capacitação dos profissionais, identificada nos resultados, constitui um dos pontos centrais de perpetuação do estigma. Pesquisas nacionais revelam que médicos e enfermeiros frequentemente reproduzem discursos patologizantes ou demonstram desconhecimento acerca das especificidades do processo de transição de gênero [2]. Essa lacuna formativa corrobora achados internacionais, que destacam a necessidade urgente de incluir conteúdos sobre diversidade de gênero na formação em saúde [3]. Países como Espanha e Canadá, que introduziram módulos obrigatórios de saúde LGBTQIA+ em cursos de medicina e enfermagem, apresentam avanços significativos na redução de práticas discriminatórias [4].

A incompatibilidade entre o nome social e os sistemas de registro eletrônico é uma das principais queixas dos homens trans no Brasil [5]. Esse entrave burocrático não apenas expõe os usuários a situações de constrangimento, mas também dificulta a continuidade do cuidado, comprometendo a adesão ao tratamento. No cenário internacional, experiências como a da Argentina, que adota uma política de reconhecimento de gênero autodeclarado desde 2012, mostram que a simplificação administrativa contribui diretamente para a inclusão social e o acesso equitativo à saúde [6].

A saúde mental dos homens trans, evidenciada como um eixo central nos resultados, merece destaque na discussão. Estudos apontam que a prevalência de depressão, ansiedade e tentativas de suicídio entre pessoas trans é de duas a três vezes superior à população em geral [7]. Essa vulnerabilidade decorre, em grande medida, da violência simbólica e estrutural, reforçando a necessidade de políticas de cuidado que incorporem perspectivas psicossociais e comunitárias. No Brasil, ainda que o SUS possua a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sua capacidade de atendimento é insuficiente para responder às demandas específicas da população trans [8].

A comparação internacional reforça a centralidade das políticas públicas como determinantes do acesso. Malta, por exemplo, implementou em 2015 a *Gender Identity, Gender Expression and Sex Characteristics Act*, considerada uma das legislações mais avançadas do mundo, que assegura o direito à saúde integral e a retificação de documentos sem exigências médicas [9]. Por outro lado, países do Leste Europeu e da África Subsaariana ainda mantêm legislações restritivas e patologizantes, que limitam severamente o acesso aos serviços de saúde, perpetuando a exclusão e os riscos associados à automedicação [10].

A análise comparada permite concluir que a efetividade do direito à saúde dos homens trans depende de uma combinação de fatores: (i) marcos normativos inclusivos, (ii) capacitação contínua dos profissionais de saúde, (iii) adequação dos sistemas administrativos para respeitar

a identidade de gênero, e (iv) incorporação da saúde mental como prioridade transversal. A ausência de qualquer desses elementos compromete a integralidade do cuidado e perpetua desigualdades.

Conclusões

O estudo evidenciou que homens trans permanecem submetidos a múltiplas barreiras no acesso à saúde, resultantes tanto da invisibilidade institucional quanto da falta de capacitação dos profissionais e de entraves administrativos. A análise demonstrou que essas limitações comprometem a integralidade do cuidado, ampliam a vulnerabilidade em saúde mental e reforçam desigualdades estruturais. A comparação com experiências internacionais inclusivas, como as da Argentina e de Malta, reforça a importância de políticas públicas que reconheçam a identidade de gênero de forma autodeclarada, associadas à formação profissional contínua e à adaptação de protocolos clínicos específicos. Conclui-se que a efetividade do direito à saúde dos homens trans exige não apenas mudanças normativas, mas também transformações culturais e institucionais que assegurem a equidade e o respeito à dignidade humana.

Referências

1. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal; 1988.
2. Carrara S, Simões JA. Sexualidade, direitos humanos e AIDS no Brasil: o cenário político e os desafios da cidadania. Physis. 2007;17(2):197-228.
3. World Health Organization. Consolidated guidelines on HIV prevention, diagnosis, treatment and care for key populations. Geneva: WHO; 2016.
4. World Health Organization. International Classification of Diseases 11th Revision (ICD-11). Geneva: WHO; 2019.
5. Bento B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
6. Equaldex. Transgender rights in Brazil: access to gender-affirming healthcare. Equaldex Database. 2025. Disponível em: https://www.equaldex.com/log/13312.
7. Supremo Tribunal Federal (BR). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 787/DF. Rel. Min. Luís Roberto Barroso. Brasília (DF): STF; 2024. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/ADPF_787.